

**Título: Apresentação de Tese**

*O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: os “Anais de Lorvão” e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII).*

Tese de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2008. Orientação do Prof. Doutor José João da Conceição Gonçalves Mattoso e do Prof. Doutor Luís Filipe Llach Krus..

**Autor(es): Mário de Gouveia**

**Enquadramento Institucional: Bolseiro de Investigação Científica da FCT/MCTES, ao abrigo do Programa Operacional «Ciência, Tecnologia, Inovação» (POCTI – Formar e Qualificar); Membro do IEM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.**

**Contacto: mario\_de\_gouveia@yahoo.com**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. N.º8, (Julho 2010). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X



## **Apresentação de Tese**

*O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: os “Anais de Lorvão” e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII).*

Tese de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2008. Orientação do Prof. Doutor José João da Conceição Gonçalves Mattoso e do Prof. Doutor Luís Filipe Llach Krus..

*Mário de Gouveia*

### **Advertência prévia**

Apresenta-se seguidamente a lição proferida pelo signatário no âmbito da prestação de provas públicas para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, na Área de Especialização em História Medieval, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A apresentação da lição, seguida da arguência da tese, teve lugar a 3 de Junho de 2008, perante júri constituído pelos Professores Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa, Professor Associado da FCSH-UNL (Presidente); Doutor Luís Carlos Amaral, Professor Auxiliar da FL-UP (Arguente); Doutor José Mattoso, Professor Catedrático Aposentado da FCSH-UNL (Orientador); Doutor Manuel Justino Maciel, Professor Associado da FCSH-UNL (Vogal); e Doutora Maria de Lurdes Rosa, Professora Auxiliar da FCSH-UNL (Vogal).

### **Resumo**

Na produção memorialística com origens na Hispânia medieval cristã, de que os anais redigidos nos séculos XI e XII nos mosteiros de St.º Tirso de Riba de Ave, S. Salvador

de Grijó e St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra constituem apenas alguns exemplos, os *Anais de S. Mamede de Lorvão* não ocupam um lugar secundário<sup>1</sup>.

Para que possamos compreender os anais laurbanenses como expressão de uma cultura letrada florescente num contexto de profundas transformações religiosas, devemos lê-lo e analisá-lo à luz da conjuntura que assistiu à fixação do texto no respectivo suporte material, o verso do fólio de guarda do *Livro dos testamentos* – também conhecido como *Liber testamentorum coenobii laurbanensis*, a sua designação latina original –, concebido como códice diplomático no quadro da restauração da autonomia institucional do mosteiro de S. Mamede de Lorvão, em 1116, em circunstâncias relacionadas com a construção de um imaginário monástico moçárabe sobre o passado da fronteira ocidental do reino de Astúrias-Leão, sobretudo desde 878, data da presúria de Coimbra por Hermenegildo Guterres, presor e repovoador do Entre-Douro-e-Mondego no tempo de Afonso III (866-910) e ascendente do ramo principal da família condal conimbricense.

Segundo uma lógica comemorativa característica das fontes da época, a leitura monástica do passado hispânico traduziu-se na produção e fixação, por volta de 1118, de um escrito composto por seis ementas analíticas relativas ao período decorrente de 866 a 1110 ([1109]), antecedidas de uma listagem contendo nomes de três reis leoneses – Ramiro II (931-951), Sancho I (956-966) e Bermudo II (982-999), na secção que designámos como *Nomina regum* ([NR]) –, tal como de outra alusiva a dez abades que tiveram a seu cargo o governo da congregação religiosa, de Justo a Eusébio, possivelmente desde as últimas décadas do século IX às primeiras do XII, na secção que designámos como *Nomina abbatum* ([NA]). A elaboração dos anais parece ter sido tributária da consulta dos instrumentos transcritos e reunidos, sob a forma de cópias, no códice diplomático. Este facto, ao contrário do sucedido com os restantes anais com origem na fronteira ocidental do reino, condicionou a integração do texto nos circuitos de transmissão da historiografia portuguesa nos séculos XII e XIII, reveladora de uma

---

<sup>1</sup> Uma vez que a elaboração deste estudo teve lugar antes da recente publicação da edição integral do *Livro dos testamentos* do mosteiro de S. Mamede de Lorvão (*Liber testamentorum coenobii laurbanensis (estudios)*), Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro» – Caja España de Inversiones – Archivo Histórico Diocesano, 2008), todas as citações documentais relativas a este códice diplomático seguem as leituras paleográficas apresentadas por Alexandre HERCULANO (1856; 1867) e Rui de AZEVEDO (1932), nas respectivas edições parciais.

consciência de identidade ligada à actividade cultural em desenvolvimento nos *scriptoria* dos mosteiros de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e St.<sup>a</sup> Maria de Alcobça.

Desde a sua fixação no suporte material que o conservou até à actualidade, os anais constituem um relato que acompanha o acto de produção do códice diplomático – complementar testemunho da historiografia patrimonial do mosteiro – e no qual se reúnem os títulos jurídicos com um valor probatório dos direitos adquiridos pela congregação religiosa em termos dominiais e senhoriais. É por este motivo que o texto possui um carácter institucional, enquadrado numa dinâmica de apropriação e instrumentalização de efemérides relacionadas predominantemente com o passado régio e condal da fronteira ocidental do reino, fundadora da sua própria autonomia política. Nestas circunstâncias, os anais resgatam a memória de um passado distante e que não tem actualidade social no momento em que são fixados no respectivo suporte material. O predomínio de notícias relativas ao século IX – como a morte de Ordonho I das Astúrias e a unção de Afonso III como rei no dia de Pentecostes, em 866 ([1]); as presúrias de Portucale e de Coimbra por Vímara Peres e o conde Hermenegildo [Guterres], em 868 ([2]) e 878 ([4]); ou a deslocação de Afonso III a Bama e a morte do presor de Portucale, em 873, seis dias após a chegada do monarca ([3]) – configura um quadro de sustentação política da narrativa relacionado com o momento em que, sob a protecção régia e condal, se assiste à fundação da primeira congregação religiosa, na observância da normativa consignada no *codex regularum* e, sob a inspiração do monaquismo frutuosiano, segundo um espírito de estreita vinculação dos monges a uma hierarquia religiosa encimada pelo abade, pai espiritual da comunidade. O texto não nos remete para nenhum acontecimento ocorrido durante o século X, lacuna que é colmatada pelos títulos jurídicos reunidos no *Livro dos testamentos*, maioritariamente datados ou datáveis criticamente desta época, os quais exprimem a dinâmica que a congregação religiosa manteve com diversos reis leoneses, entre os quais Ordonho II (914-924), Ramiro II (931-951), Ordonho III (951-956), Sancho I (956-966), Ramiro III (966-985) e Bermudo II (982-999), que, a par de outras figuras da hierarquia política e eclesiástica coeva, como os condes conimbricenses e portucalenses, tal como os bispos de Coimbra, Iria, Lamego, Leão, Lugo, Mondonhedo-Dume, Porto, Tui, Viseu e Zamora, acompanharam a formação do património comunitário. Não obstante, o texto identifica a transição do século XI para o XII com a refundação cristã de Coimbra, ocorrida no reinado de Fernando I, e o óbito do seu filho e sucessor, Afonso VI, em cujo

governo a congregação religiosa é temporariamente extinta, e a igreja monástica, integrada no padroado da Sé de Coimbra, alegadamente para cobrir as necessidades materiais do bispo Gonçalo Pais e da canónica de St.<sup>a</sup> Maria.

Ao longo deste trabalho, procurámos compreender os anais numa dupla dimensão. Por um lado, procedemos à caracterização do processo que levou à fundação e posterior extinção da congregação religiosa, das presúrias de Afonso III na fronteira ocidental do reino, entre 868 e 878, à criação de uma nova entidade política resultante da fusão dos antigos condados portugalense e conimbricense, em 1096. Para o efeito, determinámos as características globais do género analístico, analisando-as e compreendendo-as tendo como base o complexo narrativo a que Pierre DAVID (1947) veio a atribuir a designação, hoje clássica, de *Anais portugalenses velhos* (*Annales portugalenses ueteres*); e, por outro, salientámos os aspectos que conferem especificidade à interpretação laurbanense do passado regional, contextualizando-os à luz da difusão de cláusulas diplomáticas de aferição cronológica com base no ciclo lunar, reveladoras da prática do cômputo pascal, bem como de um provável hábito de fixação de apontamentos historiográficos, de teor analístico, nos mosteiros de S. Pedro de Pedroso, S. Vicente de Vacariça e S. Salvador de Leça, tal como na igreja de St.<sup>a</sup> Maria da Sé de Coimbra, entre 1081 e 1097, ou seja, nos episcopados de Paterno e Crescónio.

Neste quadro letrado, evidenciámos a singularidade dos anais mediante o estudo das condições sociais de estratificação da memória monástica e de inserção do texto nas redes de transmissão da analística portugalense. A análise do primeiro tópico foi feita a par da caracterização diacrónica do passado regional, numa leitura sequencial, de longa duração, a três tempos: a *conjuntura de fundação* da identidade comunitária, em relação com a expansão dos interesses políticos da monarquia asturiano-leonesa e o estabelecimento da nobreza condal na fronteira do Mondego, sob o protagonismo de Hermenegildo Guterres e seus descendentes, entre 878 e 987; a *conjuntura de afirmação* do mosteiro, como resultado da sua aproximação a Gonçalo Moniz, interveniente na vida política do reino – de que o envenenamento de Sancho I e a sublevação que culminará com a entronização de Bermudo II são um exemplo, até pelo facto de serem acontecimentos contemporâneos da crise atravessada pela monarquia face ao recrudescimento da ameaça muçulmana, como resultado da pressão militar exercida pelo *hājib* omíada Muḥammad ibn Abī ‘Āmīr al-Manṣūr no território

fronteiriço, entre 987 e 1037 –; e, por fim, a *conjuntura de transformação* dos paradigmas de religiosidade moçárabes a que a comunidade se encontrava simbolicamente vinculada, depois da ascensão de um representante da Casa de Navarra ao trono de Leão, em 1037; da conquista de Coimbra por Fernando I, em 1064; e do concomitante estabelecimento das autoridades cristãs, leonesas e francesas, na fronteira do Mondego, despoletando um processo de reorganização administrativa do território reconquistado a cargo de uma hierarquia consular representada por Sesnando Davides, no decurso do qual, restaurada a diocese vacante, surgirão os primeiros indícios da penetração da reforma religiosa que Roma e Cluny, com o apoio de Leão, procuravam difundir no seguimento das deliberações tomadas no Concílio de Burgos, em 1080.

Ao longo deste trabalho, procurámos também caracterizar a composição do discurso analístico, compreendendo o texto no respectivo contexto de produção e recepção e, sobretudo, analisando-o à luz do que considerámos serem os quatro vectores temáticos que determinaram a sua compilação: *a revitalização do passado distante, a interacção entre reino e fronteira, o protagonismo régio e condal e o poder semântico dos ritos*. Estabelecidas as bases para a contextualização diacrónica das efemérides mencionadas no texto, procedemos à leitura individual de cada notícia numa perspectiva sincrónica, salientando os aspectos que considerámos como denominadores comuns a outros textos de idêntica tipologia e, conseqüentemente, salientando aqueles em que cada obra parece diferir das restantes. Neste passo, procedemos à decomposição e comparação do texto com os elementos estruturais da analística portugalense, como o esquema cronológico da história gótica, a relação incompleta dos reis asturianos, de Pelágio a Afonso II, e as efemérides históricas propriamente ditas, numa cronologia que abrange globalmente o período de 987 a 1111. Feita esta caracterização, analisámos o conteúdo das listagens régia ([NR]) e abacial ([NA]), propondo a identificação das figuras aí citadas com base na análise dos actos da prática conservados no códice diplomático, o que nos permitiu entrever os critérios de selecção do compilador como expressão da dimensão institucional e garantia de coesão da comunidade. Com base neste método, verificámos que o compilador dos anais não se limitou a registar apontamentos históricos, procurando também inscrevê-los numa leitura interpretativa do tempo passado cujo discurso seguiu propósitos edificantes, construídos com uma finalidade comemorativa e segundo uma linguagem própria da sua condição religiosa.

Estes aspectos levam-nos a dizer que a compreensão das efemérides registadas nos anais não depende apenas do entendimento do protagonismo que os reis e os condes tiveram na ideologia política de *libertação da Hispânia*, mas também da consideração de que estas figuras eram vistas como agentes ao serviço de uma ordem transcendente e interventiva nos acontecimentos terrenos. A sua relação com a eternidade de Deus e o tempo particular da Igreja reflecte-se na postura que o compilador parece adoptar perante o sucesso das empresas militares conduzidas pela realeza e a nobreza na fronteira ocidental do reino, de que as presúrias de Vímara Peres e Hermenegildo Guterres são um exemplo, e a tomada de Coimbra por Fernando I – acontecimento sintomaticamente associado à festa litúrgica do mártir S. Cristóvão –, o paradigma de referência. Com esta nota, o compilador dos anais chamou a atenção da congregação religiosa para o sentido transcendental da história, inscrevendo a memória guerreira da «Reconquista» cristã hispânica no plano das comemorações litúrgicas da Igreja.

A compreensão dos anais passou igualmente pela sua contextualização à luz do processo de difusão da ideologia política representada pela monarquia leonesa, ancorada no apoio providencial que o apóstolo S. Tiago teria dado a Fernando I como agente mediador na empresa de *libertação da Hispânia* – nomeadamente durante a conquista de Coimbra, nos termos em que o acontecimento veio a ser fixado na *História silense*, primeiro; no *Códice calixtino*, depois; bem como na *Crónica najerense* e nas mais tardias narrativas cronísticas de Lucas de Tui e Rodrigo de Toledo, por fim. Nas duas primeiras obras, o suposto evangelizador da Hispânia surge montado num cavalo branco e, de chaves nas mãos, entrega a cidade a um monarca piedoso, que se deslocara previamente à basílica apostólica de Compostela para solicitar auxílio ao Salvador e à Divina Majestade, aí regressando, já vitorioso, para agradecer a intercessão do apóstolo S. Tiago e doar extensos bens aos clérigos compostelanos. Uma tradição posterior, de finais do século XII, recuperada na centúria seguinte na obra de Rodrigo de Toledo, chega a fazer dos monges laurbanenses agentes coadjuvantes da empresa militar.

Na época em que estes escritos foram elaborados, a intervenção providencial do apóstolo S. Tiago durante a conquista de Coimbra era vista como um vaticínio salvífico, traduzindo a identificação do santo não apenas como o santo dos peregrinos, mas também como o santo cavaleiro que teria levado à miraculosa libertação da cidade do domínio muçulmano. Se tivermos em conta que este tópico resultou de uma concepção própria dos letrados do reino, é provável que a invenção da narrativa – baseada na

convergência da data associada no calendário romano à festa litúrgica do mártir S. Cristóvão, que a tradição local identificava com o dia da entrada dos exércitos cristãos na cidade, com a do apóstolo S. Tiago, ao contrário do que se verificava no calendário hispânico, em que os dois santos eram cultuados em dias diferentes – tenha sido motivada pela eliminação do foco de resistência da população local à monarquia leonesa e, conseqüentemente, à difusão da ideologia santiaguista num meio ainda fortemente alicerçado nas suas ancestrais tradições moçárabes.

Uma vez que a congregação religiosa, na observância da regra de S. Bento pelo menos desde 1085, atravessou a crise conjuntural dos finais do século XI e inícios do XII como uma instituição que procurou resistir e sobreviver às sistemáticas investidas dos poderes políticos e eclesiásticos, a fixação do texto no respectivo suporte material deve ter sido encarada como uma das manifestações de uma estratégia comemorativa, criada com o objectivo de enaltecer a restauração da autonomia institucional do mosteiro, bem como de comemorar a ordenação de Eusébio como seu novo abade, em 1116, após uma longa e nem sempre benéfica sucessão de acontecimentos: a temporária extinção da congregação, em 1109; a sublevação da comunidade moçárabe de Coimbra, em 1111 – motivo do diálogo que a população se viu obrigada a manter com Henrique de Borgonha e os seus representantes, visando o restabelecimento da ordem na cidade, e que culminou com cedências de ambas as partes, de resto bem patentes na concessão de um foral a Coimbra e nos ecos que a questão surtiu na Cúria Romana, testemunhados pelas exortações que Pascoal II dirigiu ao clero e aos vizinhos da cidade –; a resistência ao processo de Romanização desenvolvido pela hierarquia catedralícia durante o episcopado de Gonçalo Pais, acompanhando a recuperação dos direitos da congregação religiosa numa frente de combate contemporânea de novos ataques almorávidas na fronteira do Mondego, sob a liderança do almorávida ‘Ali ibn Yūsuf, entre 1116 e 1117, nomeadamente contra Coimbra, durante o governo de Teresa de Leão; e, por fim, as controvérsias provocadas pelo debate sobre a restauração dos direitos metropolitanos de Mérida, antiga capital da província eclesiástica da Lusitânia, sobre as dioceses do Entre-Douro-e-Mondego, num quadro de acesa polémica e rivalidade entre as sedes de Braga e Santiago de Compostela que terminará com a integração de Coimbra na esfera de jurisdição da sede galega, em 1120.

Nesta conjuntura, a congregação religiosa procurou recuperar no passado distante memórias que evidenciavam a sua forte consciência de *status*, apresentando-se desta

maneira como uma comunidade cuja coesão assentava no respeito pela tradição instituída pelos seus antepassados, num quadro de aceras controvérsias com as autoridades régia e condal. Se tivermos em conta estes pressupostos, compreendemos facilmente por que razão os anais não se limitaram a actualizar o passado fixado pelas comunidades de St.º Tirso de Riba de Ave e S. Salvador de Grijó entre 1079 e 1111, de acordo com uma ideologia letrada sustentada em actos fundadores e legitimadores da autonomia do futuro reino medieval português, em termos recuperados ainda pelos cónegos regrantes de St.º Agostinho, do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra, em 1169. Como epifenómeno de uma cultura em crise – e, nessa qualidade, adoptando uma postura muito pouco isenta em relação a um presente desfavorável –, o compilador dos anais, seguindo uma lógica selectiva, parece ter reinventado um passado modelar susceptível de dar corpo às reivindicações da congregação religiosa, de acordo com uma leitura da história em que, com base num discurso de oposição à política leonesa, comprometida com a ideologia apostólica compostelana, se tinha tornado necessário recuperar os privilégios perdidos décadas antes: se o passado distante testemunhava um tempo em que o colectivo dos monges se colocara à sombra dos reis asturianos e da nobreza condal, beneficiando largamente do seu apoio e protecção, o tempo presente não podia deixar de reflectir uma continuada política de protecção ao mosteiro, ao contrário do que a conjuntura da época parecia apontar.

É neste quadro que se atesta o inusitado silêncio do texto relativamente ao Islão e, ao invés, se sublinha a relação de proximidade da congregação religiosa à Cristandade asturiana, provavelmente de forma a se sublinhar o clima de oposição que caracterizava a história do mosteiro nos finais do século XI e inícios do XII. Em nosso entender, a actualização de um passado de resistência contra o Islão em que o Islão não chega sequer a ser mencionado deve ser vista como um reflexo da necessidade sentida pela congregação religiosa de criar ou revigorar um ideal de resistência aos poderes dominantes. A perspectiva adoptada pela comunidade deve, pois, compreender-se num quadro de confrontos com a Cristandade reformadora, representada à época por Afonso VI de Leão e Henrique de Borgonha. Lida a documentação conservada no arquivo monástico, o compilador pôde associar a história individual do mosteiro à história global do reino, construindo um conciso relato em que deu provas da proximidade da congregação religiosa às duas forças que tinham vindo a assumir uma postura

claramente desfavorável aos interesses monásticos. Recriou-se assim a imagem de uma realeza próxima da comunidade e pronta a defender os seus direitos.

É neste quadro que devemos compreender as referências aos três reis que fizeram doações à congregação religiosa. É também nesta linha de pensamento que devemos entender a necessidade que a comunidade sentiu de recuperar a memória abençoada dos dez abades que governaram o mosteiro, recordados nos anais em ementas que nos remetem para aniversários fúnebres ou até mesmo para cerimónias de ordenação: se as menções aos reis reflectem a prosperidade económica alcançada pelo mosteiro nos finais do século X, tal como a sua inserção nos mais privilegiados circuitos do poder político coevo, já as menções aos abades traduzem o ideal de estabilidade, simbolizado por uma ininterrupta sucessão abacial, que os monges procuraram garantir. A chamada de atenção para o antigo poder da congregação religiosa não passou pela recordação integral do passado, mas apenas dos factos, sumariados em seis curtas ementas, que tinham ajudado a ritmar positivamente o seu crescimento institucional, sob a forma de uns anais em que a história se cruzou com a memória.

Com base nestes pressupostos, podemos então afirmar que «o passado oferece à comunidade uma referência para as expectativas que ela própria guarda em relação ao futuro.». Tal como dissemos oportunamente, o passado «não encerra um sentido em si mesmo, ou seja, não é isento de uso. O que motiva e justifica o facto de ser comemorado é a convicção de que pode ser entendido como um referente para todos aqueles que compreendem o seu potencial simbólico, enquanto repositório de factos instrumentalizáveis ao serviço da causa. Neste processo, o que permite a sua utilização como referente dotado de coerência semântica é também o facto de o autor recorrer à escrita como forma de validação das pretensões comunitárias, decalcando sobre a durabilidade do pergaminho um projecto de construção e ritualização do *passado ideal* que ajuda a sustentar a estratégia monástica de oposição e resistência aos poderes dominantes.».

QUADRO N.º 1:

**Síntese da analística portugalense dos séculos XI e XII**

<b>Descritor</b>	<b>AST</b>	<b>AG</b>	<b>AL</b>	<b>ASC I</b>
<b>Local de produção do texto</b>	Mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave (conc. de St.º Tirso);  Comunidade de monges na observância da regra de S. Bento.	Mosteiro de S. Salvador de Grijó (conc. de Vila Nova de Gaia);  Comunidade de monges na observância da regra de S. Bento.	Mosteiro de S. Mamede de Lorvão (conc. de Penacova);  Comunidade de monges na observância da regra de S. Bento.	Mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra (conc. de Coimbra);  Comunidade de cónegos na observância da regra de St.º Agostinho.
<b>Data de fixação do texto</b>	c. 1079 (reinado de Afonso VI de Leão).	c. 1111 (governo condal de Henrique de Borgonha).	c. 1118 (governo condal de Teresa de Leão).	c. 1169 (reinado de Afonso I de Portugal).
<b>Condicionalismos sociais de produção do texto</b>	Progressão territorial da monarquia leonesa no Entre-Minho-e-Mondego (séc. XI);  Conquistas de Seia, Lamego, Viseu e Coimbra (1055-1064);  Padroado dos senhores da Maia (ref. <sup>as</sup> textuais: Gonçalo Trastamires, Mendo Gonçalves, Soeiro Mendes).	Progressão territorial da monarquia leonesa no Entre-Mondego-e-Tejo (séc. XI);  Conquista de Toledo (1085);  Padroado dos senhores de Grijó (ref. <sup>as</sup> textuais: Soeiro Fromarigues, Nuno Soares).	Extinção (1109) e restauração (1116) da comunidade monástica beneditina, sob o abade Eusébio;  Oposição política à monarquia leonesa e à ideologia apostólica compostelana, no quadro das acções de resistência moçárabe à difusão da reforma litúrgica romano-franca (revolta da comunidade moçárabe de Coimbra em 1111);  Recrudescimento das ofensivas almorávidas na fronteira do Mondego e desvio da presença militar cristã nas frentes de combate contra o Islão (cerco e destruição de Coimbra, tal como de várias outras fortificações da bacia do Mondego, entre 1116 e 1117);  Padroado dos	Progressão territorial da monarquia portuguesa no Entre-Tejo-e-Guadiana (séc. XII);  Batalha de Ourique (1139);  Conquistas de Santarém, Sintra e Lisboa (1147);  Padroado de Afonso I de Portugal.

			cavaleiros moçárabes de Coimbra, Viseu e Seia.	
<b>Suporte material de transmissão do texto</b>	Sob a forma de cópia, no <i>Livro da Noa II</i> e na <i>Chronica Gothorum</i> , elaborada pelos cónegos regrantes de St. <sup>a</sup> Cruz de Coimbra nos finais do século XII.	Sob a forma de cópia, no Homiliário de 1139, na <i>Summa chronicarum</i> (Recensão breve) e na <i>Chronica Gothorum</i> (Recensão longa), elaborada pelos cónegos regrantes de St. <sup>a</sup> Cruz de Coimbra nos finais do século XII.	<i>Livro dos testamentos</i> de Lorrvão (I.A.N./T.T., Ordem de Cister, <i>Mosteiro de Lorrvão</i> , liv. 49 – ref. <sup>a</sup> PT-TT-MSML/49).	Sob a forma de cópia, no <i>Livro da Noa I</i> , nos <i>Anais de Lamego</i> (Recensão breve) e na <i>Chronica Gothorum</i> (Recensão longa).
<b>N.º de notícias</b>	18 ( <i>Livro da Noa II</i> ) ou 20 ( <i>Chronica Gothorum</i> ).	10	6	14 ( <i>Livro da Noa I</i> ) ou 13 ( <i>Anais de Lamego</i> ).
<b>Diacronia das notícias</b>	<b>987-1079</b> (conquista de Coimbra por Muḥammad ibn Abī ‘Āmīr al-Manṣūr, <i>hājib</i> de Córdova, no governo do <i>amīr al-mu’minīn</i> omíada Hishām II al-Mu’ayyad – eclipse solar total sucedâneo da conquista de Cória pelo rei Afonso VI de Leão).	<b>1085-1111</b> (conquista de Toledo pelo rei Afonso VI de Leão – conquista de Santarém por Sīr ibn Abī Bakr, <i>qā’id</i> de Sevilha, no governo do <i>amīr al-muslimīn</i> almorávida ‘Alī ibn Yūsuf).	<b>866-1110</b> ([1109]) (morte do rei Ordonho I das Astúrias e unção de Afonso III – morte do rei Afonso VI de Leão).	<b>1109-1169</b> (morte do rei Afonso VI de Leão – entrada de Geraldo [Geraldos], o <i>Sem Pavor</i> , em Badajoz).
<b>Diacronia da narrativa</b>	c. 92 anos.	c. 26 anos.	c. 243 anos.	c. 60 anos.
<b>Cronologia do complexo analístico<sup>2</sup></b>			<b>866</b> – morte do rei Ordonho I das Astúrias; unção de Afonso III das Astúrias no dia de Pentecostes (SS,	

<sup>2</sup> Por não se reportarem à sucessão definida pelas seis efemérides analísticas, não foram considerados nesta secção os seguintes elementos cronológicos, resultantes da análise dos *nomina* abaciais ([NA]) dos *Anais de S. Mamede de Lorrvão*:

**985, Agosto, 12** – Morte do abade Primo, discípulo do «santíssimo varão» [Mestúlio];

**987, Agosto, 8** – Morte do abade Benjamim;

**1116, Março, 19** – Ordenação do abade Eusébio;

**1118, Fevereiro, 27** – Morte do abade Eusébio.

Sobre os problemas de aferição cronológica suscitados pelo cruzamento da relação de *nomina* abaciais com os diplomas conservados no *Livro dos testamentos*, veja-se Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorrvão na reconquista cristã», *Arquivo histórico de Portugal*, vol. I, 1932, pp. 202 e 213.



	território de Braga, residência do conde Alvito Nunes (APV, p. 295);			
	<b>1018 ([1028])</b> – morte do rei Afonso V de Leão em Viseu; morte do magno conde Nuno Alvites (APV, p. 295);			
	<b>1033, Junho, 29 (Livro da Noa II)</b> – ocorrência de um eclipse solar e de um terramoto (APV, p. 295);			
	<b>1034, Novembro, 12 (Chronica Gothorum)</b> ou <b>1034, Novembro, 13 (Livro da Noa II)</b> – conquista de Montemor-o-Velho por Gonçalo Trastamires e entrega do governo da praça aos Cristãos (APV, p. 295);			
	<b>1034 ([1037] ou [1044]), Dezembro, 24 (Livro da Noa II)</b> – morte do conde Mendo [Lucides] ou [Nunes], nas margens do rio Gadanha (APV, p. 295);			
	<b>1045 ([1035]), Abril, 1</b> – arrancada do rei Bermudo III de Leão sobre os Muçulmanos, liderados por «Cimeia» ou «Cemia», na vila de Cesar, território do castelo de St. <sup>a</sup> Maria (APV, p. 296);			
	<b>1027 (Livro da Noa II)</b> ou <b>1047 (Chronica Gothorum)</b> ([1037]) – morte			

	do rei Bermudo III de Leão (APV, p. 296);			
	<b>1038, Setembro, 1</b> – morte de Gonçalo Trastamires em Avioso (APV, p. 296);			
	<b>1057, Novembro, 29, Sábado, dia de S. Saturnino</b> – conquista de Lamego pelos reis Fernando I e Sancha de Leão (APV, p. 296);			
	<b>1057 ([1058]), Julho, 25 (<i>Livro da Noa II</i>) ou 1058, Julho, 25, dia de S. Cucufate (<i>Chronica Gothorum</i>)</b> – conquista de Viseu, Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, para além de outros castelos não-especificados, pelo rei Fernando I de Leão (APV, p. 297);			
	<b>1064, Julho, 25 ([9]), Sexta-feira, vigília do dia de S. Cristóvão</b> – conquista de Coimbra pelo rei Fernando I de Leão (APV, p. 297);		<b>1064, Julho, dia de S. Cristóvão ([10]?)</b> – conquista de Coimbra pelo rei Fernando I de Leão (SS, vol. I, p. 20);	
	<b>1065, Novembro, 26 (<i>Chronica Gothorum</i>)</b> – morte de Mendo Gonçalves, filho de Gonçalo Trastamires (APV, p. 298);			
	<b>1065, Dezembro, 26</b> – morte do rei Fernando I de Leão e seu sepultamento num mosteiro da cidade de Leão (APV, p. 297);			
	<b>1071, Janeiro, 18 ([post. Fevereiro,</b>			

	<p><b>171) (<i>Chronica Gothorum</i>)</b> – Batalha de Pedroso, travada nas imediações de Braga, entre a cidade e o rio Cávado, pelas forças do rei Garcia de Galiza e Portucale, filho de Fernando I de Leão, e os Portucalenses, liderados pelo conde Nuno Mendes, levando à derrota deste e à fuga dos seus partidários (APV, p. 298);</p>			
	<p><b>1072, Outubro, 7 (<i>Livro da Noa II</i>) ou 1072 (<i>Chronica Gothorum</i>)</b> – morte do rei Sancho II de Castela, filho de Fernando I de Leão, às portas de Zamora, e apropriação do governo da Hispânia pelo seu irmão, o rei Afonso VI de Leão, dando início a novas campanhas militares acompanhadas por uma política de tributação dos Muçulmanos (APV, p. 298);</p>			
	<p><b>1077, Setembro</b> – conquista de Cória pelo rei Afonso VI de Leão (APV, p. 299);</p>			
	<p><b>1079, Julho, 1, meio-dia (<i>Livro da Noa II</i>)</b> – ocorrência de um eclipse solar (APV, p. 299);</p>			
		<p><b>1085, Maio, 25</b> – conquista de Toledo e Talavera de la Reina, para</p>		

		além de outros castelos não-especificados, pelo rei Afonso VI de Leão (APV, p. 299);		
		<b>1087 ([1086])</b> – batalha de Sagrajas, travada num lugar situado nas imediações de Badajoz, pelas forças do rei Afonso VI de Leão e as do <i>amīr al-muslimīn</i> almorávida Yūsuf ibn Tāshfīn, levando à derrota do primeiro e ao seu refúgio em Cória (APV, pp. 299-300);		
		<b>1091, Agosto, 25</b> – morte do alvazil Sesnando [Davides] (APV, p. 300);		
		<b>1093, Abril, 30, Sábado, 15h</b> – conquista de Santarém pelo rei Afonso VI de Leão (APV, p. 300);		
		<b>1093, Maio, 6, Quinta-feira</b> – conquista de Lisboa e Sintra pelo rei Afonso VI de Leão, seguida do regresso do monarca a Toledo e da entrega do governo da segunda fortificação aos Cristãos, sob o comando do conde Raimundo, marido de Urraca, e de Soeiro Mendes (APV, p. 300);		
		<b>1109, Junho, 29</b> – morte do rei Afonso VI de Leão, filho de Fernando I de Leão, levando a	<b>1110 ([1109]), Junho, 29</b> – morte do rei Afonso VI de Leão (SS, vol. I, p. 20);	<b>1109</b> – morte do rei Afonso VI de Leão (APV, p. 308);

		um novo período de revoltas protagonizadas pelos Muçulmanos (APV, p. 301);		
		<b>1109, Julho</b> – conquista de Sintra pelo conde Henrique, marido de Teresa (APV, p. 301);		
		<b>1110</b> – emboscada dos Muçulmanos contra os Cristãos em Valada, lugar situado nas imediações de Santarém, levando à morte de Soeiro Fromarigues, pai de Nuno Soares, e de Mido Crescones, pai de João Mides (APV, pp. 301-302);		
		<b>1111, Maio, 26</b> – conquista de Santarém por Sīr ibn Abī Bakr (APV, p. 302);		
				<b>1116, Julho, 7, Terça-feira, 15h</b> – entrada dos Muçulmanos no castelo de St. <sup>a</sup> Olaia (APV, p. 308);
				<b>1117, Junho, 22</b> – assédio de Coimbra pelo <i>amīr al-muslimīn</i> almorávida ‘Alī ibn Yūsuf, por um período de três semanas (APV, p. 308);
				<b>1122</b> – ocorrência de um «ano mau» (APV, p. 308);
				<b>1139, Julho, dia de S. Tiago ([25])</b> – batalha de Ourique, travada entre as forças do rei Afonso I de

				Portugal e os Muçulmanos, liderados por «Esmare» ou «Examare», levando à derrota do segundo (APV, p. 308);
				<b>1147, [Outubro]</b> – conquista de Santarém pelo rei Afonso I de Portugal (APV, p. 309);
				<b>1147, [Outubro]</b> ( <i>Livro da Noa I</i> ) ou <b>1147, Outubro</b> ( <i>Anais de Lamego</i> ) – conquista de Lisboa, Sintra, Almada e Palmela pelo rei Afonso I de Portugal (APV, p. 309);
				<b>1152</b> ( <i>Anais de Lamego</i> ) ou <b>1154</b> ( <i>Livro da Noa I</i> ) – nascimento do rei Sancho I de Portugal (APV, p. 310);
				<b>1157, Setembro</b> – morte de [Afonso VII], imperador das Hispânicas (APV, p. 309);
				<b>1157</b> – morte da rainha Mafalda de Portugal (APV, p. 309);
				<b>1158 ([1160])</b> – conquista de Alcácer do Sal pelo rei Afonso I de Portugal (APV, p. 309);
				<b>1162</b> – conquista de Beja, por intercessão da Divina

				Providência, pelo rei Afonso I de Portugal (APV, p. 309);
				<b>1166</b> – conquista de Évora, Moura e Serpa, por intercessão da Divina Providência, pelo rei Afonso I de Portugal (APV, p. 310);
				<b>1168 ([1169]), Maio, 3 (Livro da Noa I)</b> ou <b>1169, Maio, 3 (Anais de Lamego)</b> – entrada do alcaide Geraldo [Geraldos] em Badajoz (APV, p. 310).
<b>Geografia do complexo analístico</b>	<b>Aguiar de Sousa;</b> <b>Avioso;</b> <b>Braga;</b> <b>Cávado;</b> <b>Cesar;</b> <b>Coimbra;</b> <b>Cória;</b> <b>Gadanha;</b> <b>Hispânia;</b> <b>Lamego;</b> <b>Leão;</b> <b>Montemor-o-Velho;</b> <b>Pedroso;</b> <b>Penalva;</b> <b>St.<sup>a</sup> Maria da Feira;</b> <b>S. Martinho de Mouros;</b>	<b>Badajoz;</b> <b>Carpetânia;</b> <b>Cória;</b> <b>Hispânia;</b> <b>Lisboa;</b> <b>[Pirenéus];</b> <b>Sagrajas;</b> <b>Santarém;</b> <b>Sintra;</b> <b>Talavera de la Reina;</b> <b>Toledo;</b> <b>Valada.</b>	<b>Bama;</b> <b>Coimbra;</b> <b>Lorvão (seg. [NA], ed.);</b> <b>Porto.</b>	<b>Alcácer do Sal;</b> <b>Almada;</b> <b>Badajoz;</b> <b>Beja;</b> <b>Coimbra;</b> <b>Évora;</b> <b>Hispânia;</b> <b>Leão;</b> <b>Lisboa;</b> <b>Moura;</b> <b>Ourique;</b> <b>Palmela;</b> <b>Portugal;</b> <b>Santarém;</b> <b>St.<sup>a</sup> Olaia;</b> <b>Serpa;</b> <b>Sintra.</b>

	<p><b>Seia;</b></p> <p><b>Sousa;</b></p> <p><b>Travanca;</b></p> <p><b>Vermoim;</b></p> <p><b>Viseu;</b></p> <p><b>Zamora.</b></p>			
<b>Prosopografia do complexo analístico</b>	<p><b>Afonso V</b> (rei de Leão);</p> <p><b>Afonso VI</b> (rei de Leão);</p> <p><b>Alvito Nunes</b> (conde de Portucale);</p> <p><b>Bermudo III</b> (rei de Leão);</p> <p>«Cimeia» ou «Cemia» (caudilho muçulmano);</p> <p><b>Fernando I</b> (rei de Leão);</p> <p><b>Garcia II</b> (rei de Galiza e Portucale);</p> <p><b>Gonçalo Trastamires</b> (infância da família dos senhores da Maia);</p> <p><b>Mendo Gonçalves</b> (infância da família dos senhores da Maia);</p> <p><b>Mendo [Gonçalves]</b> (conde de Portucale);</p> <p><b>Mendo [Lucides] ou Mendo [Nunes]</b> (conde de Portucale);</p> <p><b>Muhammad ibn Abi 'Amir al-</b></p>	<p><b>Afonso VI</b> (rei de Leão);</p> <p><b>Fernando I</b> (rei de Leão);</p> <p><b>Henrique</b> (duque de Borgonha e conde portugalense);</p> <p><b>João Mides</b> (cavaleiro de Coimbra);</p> <p><b>Mido Crescones</b> (cavaleiro de Coimbra);</p> <p><b>Nuno Soares</b> (infância da família dos senhores de Grijó);</p> <p><b>Raimundo</b> (conde de Borgonha e conde portugalense);</p> <p><b>Sesnando [Davides]</b> (alvazil de Coimbra);</p> <p><b>Sir ibn Abi Bakr</b> (general almorávida);</p> <p><b>Soeiro Fromarigues</b> (infância da família dos senhores de Grijó);</p> <p><b>Soeiro Mendes</b> (infância da</p>	<p><b>Afonso III</b> (rei das Astúrias);</p> <p><b>Afonso VI</b> (rei de Leão);</p> <p><b>Ariano</b> (abade de Lorvão, seg. [NA]);</p> <p><b>Benjamim</b> (abade de Lorvão, seg. [NA]);</p> <p><b>Bermudo II</b> (rei de Leão, seg. [NR]);</p> <p><b>Dulcídio</b> (abade de Lorvão, seg. [NA]);</p> <p><b>Eusébio</b> (abade de Lorvão, seg. [NA]);</p> <p><b>Fernando I</b> (rei de Leão);</p> <p><b>Hermenegildo [Guterres]</b> (presor de Coimbra);</p> <p><b>João</b> (abade de Lorvão, seg. [NA]);</p> <p><b>Justo</b> (abade de Lorvão, seg. [NA]);</p> <p><b>Mestúlio</b> (abade de Lorvão, seg. [NA]);</p> <p><b>Ordonho I</b> (rei das Astúrias);</p> <p><b>Primo</b> (abade de Lorvão, seg. [NA]);</p> <p><b>Ramiro</b> (abade de Lorvão, seg. [NA]);</p>	<p><b>Afonso I</b> (rei de Portugal);</p> <p><b>Afonso VI</b> (rei de Leão);</p> <p><b>[Afonso VII]</b> (rei de Leão e imperador das Hispânicas);</p> <p><b>'Alī ibn Yūsuf</b> (emir almorávida);</p> <p>«Esmare» ou «Examare» (caudilho muçulmano);</p> <p><b>Geraldo [Geraldos]</b> (alcaide);</p> <p><b>Mafalda</b> (rainha de Portugal, mulher de Afonso I);</p> <p><b>Sancho I</b> (infante de Portugal).</p>

	<p><b>Manşūr</b> (general amiriada);</p> <p><b>Nuno Alvites</b> (conde de Portucale);</p> <p><b>Nuno Mendes</b> (conde de Portucale);</p> <p><b>Sancha</b> (rainha de Leão, mulher de Fernando I);</p> <p><b>Sancho II</b> (rei de Castela).</p>	<p>família dos senhores da Maia);</p> <p><b>Teresa</b> (infanta de Leão, mulher de Henrique);</p> <p><b>Urraca</b> (infanta de Leão, mulher de Raimundo);</p> <p><b>Yūsuf ibn Tāshfīn</b> (emir almorávida).</p>	<p><b>Ramiro II</b> (rei de Leão, seg. [NR]);</p> <p><b>Sancho I</b> (rei de Leão, seg. [NR]);</p> <p><b>Teodorico</b> (abade de Lorvão, seg. [NA]);</p> <p><b>Vímara Peres</b> (presor de Portucale).</p>	
<b>Edição de referência</b>	APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. <i>Livro da Noa II e Chronica Gothorum</i> (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 257-290, 293-299 e 313-340; texto nas pp. 293-299) <sup>3</sup> .	APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. <i>Chronica Gothorum</i> (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 257-290, 299-302 e 313-340; texto nas pp. 299-302, excluindo-se a continuação de 1113 a 1122) <sup>4</sup> .	SS, vol. I, p. 20.	APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. <i>Livro da Noa I e Anais de Lamego</i> (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 257-290, 308-310 e 313-340; texto nas pp. 308-310) <sup>5</sup> .

<sup>3</sup> Texto parcialmente reproduzido seg. a versão constante do *Livro da Noa II*, com alterações de leitura paleográfica, da era de 349 (311) à de 1025 (987), em *Fontes medievais da história de Portugal* (Seleção, prefácio e notas de Alfredo PIMENTA), vol. I: *Anais e crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1948, pp. 12-13; e, da era de 349 (311) à de 1117 (1079), em *Anais, crónicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (Textos publicados com uma introdução por António CRUZ), Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, pp. 27 e 69-88 (texto completo do *Livro da Noa*, intitulado *Livro das eras*). Não foram considerados para efeitos de análise os textos constantes de APV, Recensão breve (1111), secção III, seg. Homiliário de 1139 e *Summa chronicarum*, e Recensão breve prolongada até 1168, secção III, seg. *Livro da Noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 304-305 e 306-307).

<sup>4</sup> Texto parcialmente reproduzido seg. a versão constante da *Chronica Gothorum*, com alterações de leitura paleográfica, da era de 1147 (1109) à de 1149 (1111), em *Fontes...*, vol. I: *Anais...*, p. 25 (segue-se na antologia o texto completo da continuação de 1113 a 1122, nas pp. 25-26); e, da era de 1123 (1085) à de 1149 (1111), em *Anais...*, pp. 27-28. Não foram considerados para efeitos de análise os textos constantes de APV, Recensão breve (1111), secção IV, seg. Homiliário de 1139 e *Summa chronicarum*, e Recensão breve prolongada até 1168, secção IV, seg. *Livro da Noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 305 e 307).

<sup>5</sup> Texto parcialmente reproduzido seg. a versão constante do *Livro da Noa I*, com alterações de leitura paleográfica, da era de 1177 (1139) à de 1206 (1168), em *Fontes...*, vol. I: *Anais...*, pp. 10-11; e em *Anais...*, pp. 69-88 (texto completo do *Livro da Noa*, intitulado *Livro das eras*). Traduzido para língua portuguesa seg. a versão constante do *Livro da Noa I*, da era de 1154 (1116) à de 1206 (1168), em *Antologia da historiografia portuguesa* (Organização, prefácio e notas de A. H. de Oliveira MARQUES), vol. I: *Das origens a Herculano*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1974, pp. 62-63. Em *Crónicas breves e memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra* (Edições fac-similada, paleográfica e crítica, com anotações de Fernando Venâncio Peixoto da FONSECA), Lisboa, 2000, encontram-se os textos

## **Síntese sobre a analística portugalense dos séculos XI e XII**

O objectivo deste anexo é apresentar uma síntese, elaborada a partir da análise da edição crítica dos *Anais portugalenses velhos* (*Annales portugalenses ueteres*) da autoria de Pierre DAVID (1947), sobre a transmissão dos textos da analística portugalense dos séculos XI e XII, com base em manuscritos provenientes dos mosteiros de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra (SOUSA, PINA, ANDRADE e SANTOS, 2005, pp. 190-193) e St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça (SOUSA, PINA, ANDRADE e SANTOS, 2005, pp. 102-105).

### **I. Textos analísticos**

1. As origens da tradição analística remontam ao século VIII e derivam de notícias anuais inscritas em tabelas de cômputo pascal, fixando a data móvel da Páscoa no calendário litúrgico cristão;

2. A mais antiga tradição, actualmente conservada, de textos analísticos de origem portugalense remonta aos séculos XI e XII e corresponde à primeira manifestação escrita de uma consciência letrada acerca da autonomia regional da fronteira ocidental do reino de Astúrias-Leão, no quadro geopolítico da Cristandade hispânica; é constituída por:

2.1. Uma primeira redacção, elaborada, segundo José MATTOSO (2002, pp. 265-269), no mosteiro de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave (conc. de St.<sup>o</sup> Tirso), contendo notícias datadas ou datáveis de 987 a 1079; transmitida parcialmente no *Livro da Noa II* e na primeira parte da *Chronica Gothorum*; hoje designada como *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* (DAVID, 1947, pp. 255 e 288-289, alínea 1; KRUS, 1998, pp. 2, 3 e 6-9);

2.2. Uma primeira continuação, elaborada, segundo José MATTOSO (2002, pp. 265-269), no mosteiro de S. Salvador de Grijó (conc. de Vila Nova de Gaia), com notícias datadas ou datáveis de 1085 a 1111; transmitida no Homiliário de 1139 e na *Summa*

---

publicados, com o mesmo título, em SS, pp. 23-32, não se reproduzindo aí nenhum excerto da versão por nós contemplada.

*chronicarum* (Recensão breve) e na *Chronica Gothorum* (Recensão longa); hoje designada como *Anais de S. Salvador de Grijó* (DAVID, 1947, pp. 255 e 289, alínea 2; KRUS, 1998, pp. 2, 3 e 10-12);

**2.3.** Uma segunda continuação, elaborada, segundo José MATTOSO (2002, pp. 265-269), no mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra (conc. de Coimbra), com notícias datadas ou datáveis de 1109 a 1169; transmitida no *Livro da Noa I* e nos *Anais de Lamego* (Recensão breve) e na *Chronica Gothorum* (Recensão longa); hoje designada como *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I* (DAVID, 1947, pp. 255 e 289, alínea 3; KRUS, 1998, pp. 2, 4 e 12-15);

**2.4.** Um quarto texto, autónomo dos circuitos de produção e transmissão textual associados aos mosteiros de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó e St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, elaborado no mosteiro de S. Mamede de Lorvão (conc. de Penacova), com notícias datadas ou datáveis de 866 a 1110 ([1109]); transmitido no códice diplomático conhecido pela designação de *Livro dos testamentos (Liber testamentorum coenobii laurbanensis)*; hoje designado como *Anais de S. Mamede de Lorvão* (KRUS, 1998, pp. 2, 3 e 9-10);

**3.** Os três primeiros textos analísticos são conhecidos através de manuscritos provenientes do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra – exceptuando-se um exemplar do mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça contendo uma cópia de um original crúzio –, embora anteriores à fundação do mosteiro coimbrão; os manuscritos de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra foram transferidos por Alexandre Herculano para a Biblioteca Pública Municipal do Porto, em 1834; o quarto texto analístico, por sua vez, é conhecido através de um manuscrito proveniente do mosteiro de S. Mamede de Lorvão, correspondendo, juntamente com o arquétipo de finais do século XII elaborado pelo cónego regente de St.<sup>o</sup> Agostinho, do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, a um testemunho associado aos condicionalismos institucionais de fixação do texto;

**4.** Aos indícios que apontam para o exercício do cômputo pascal presentes na documentação do século XI, poderá estar subjacente uma prática de registo de apontamentos historiográficos, de teor analístico, noutras instituições religiosas do

Entre-Douro-e-Mondego, como os mosteiros de S. Pedro de Pedroso (documentos de 1081, 1087 e 1090), S. Vicente de Vacariça (documento de 1095) e S. Salvador de Leça (documento de 1095), tal como na igreja de St.<sup>a</sup> Maria da Sé de Coimbra (documentos de 1092, 1095 e 1097), contemporânea das produções analísticas conservadas no arquétipo de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra;

5. O complexo formado pelos três primeiros textos analísticos (AST, AG e ASC I), a que Pierre DAVID (1947, pp. 257-340) atribuiu a designação de *Anais portucalenses velhos* (*Annales portucalenses ueteres*), encontra-se publicado numa edição crítica onde se distingue uma Recensão longa (1079), elaborada a partir do *Livro da Noa* II e da *Chronica Gothorum* (DAVID, 1947, pp. 291-302); uma Recensão breve (1111), a partir do Homiliário de 1139 e da *Summa chronicarum* (DAVID, 1947, pp. 303-305); e uma Recensão breve prolongada até 1168, a partir do *Livro da Noa* I e dos *Anais de Lamego* (DAVID, 1947, pp. 306-310).

A caracterização de cada manuscrito é feita no ponto II deste anexo («Manuscritos dos textos analísticos»), por ordem cronológica de produção.

## II. Manuscritos dos textos analísticos

### *Chronicon laurbanense* (*Anais de Lorvão*)

Texto escrito no verso do fólio de guarda do códice diplomático do mosteiro de S. Mamede de Lorvão intitulado *Livro dos testamentos* (*Liber testamentorum coenobii laurbanensis*), nos finais da década de dez do século XII, por volta de 1118. É composto por duas partes, escritas, em Latim, por mãos de dois escribas em letra visigótica de transição: a primeira, contendo nomes de dez abades laurbanenses – de Justo a Eusébio (*Nomina abbatum*, [NA]) –; e a segunda, contendo nomes de três reis leoneses – Ramiro II (931-951), Sancho I (956-966) e Bermudo II (982-999) (*Nomina regum*, [NR]) –, seguida de um relato historiográfico composto por seis efemérides analísticas. Contém uma série de notícias datadas ou datáveis de 866 a 1110 ([1109]).

Encontra-se publicado em SS, vol. I, p. 20 (cf., para os *nomina* abaciais, ROCHA, 1730, p. 147; e, para os *nomina* régios, seguidos das seis efemérides analísticas, RIBEIRO, t. IV, parte I, 1819, p. 175, apênd. n.º II, sob o título «Chronicon laurbanense»; uma

transcrição das quatro primeiras efemérides, com alterações de leitura paleográfica e reprodução parafraseada, em Português, foi publicada em CÁCEGAS, 1923, pp. 277-278).

Bib.: DAVID, 1947, p. 259; DHP, vol. I, 1981, s.v. «Anais» (A[velino] de J[esus da] C[OSTA]), p. 146.

### ***Chronicon alcobacense* ou *Chronicon complutense***

Texto transmitido em duas cópias: uma, da década de quarenta do século XII, no verso do fólio de guarda de um Homiliário do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, escrito em 1139; outra, do século XIII, no primeiro fólio de um manuscrito do mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça, contendo uma colecção de crónicas designada como *Summa chronicarum*, posteriormente transferido para o colégio maior de St.<sup>o</sup> Ildefonso de Alcalá, onde, entre outras, se incluem obras da autoria de Eusébio de Cesareia, Jerónimo de Belém, Agostinho de Hipona, Sulpício Severo, Orósio de Braga, Próspero de Aquitânia, Hidácio de Chaves, Genádio de Marselha, Fulgêncio de Ruspe, Vítor de Tununa, João de Biclara, Isidoro de Sevilha, Ildefonso de Toledo e Isidoro de Beja, para além do relato da conquista de Coimbra por Fernando I, em 1064 (DAVID, 1947, pp. 311-312)<sup>6</sup>. No seu conjunto, os códices de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça contêm uma série de notícias datadas ou datáveis de 987 a 1111.

Encontra-se publicado em SS, vol. I, pp. 17-19.

Bib.: DAVID, 1947, pp. 259, 261-266, 271, 276, 283, 286 e 289-290; DHP, vol. I, 1981, s.v. «Anais» (A[velino] de J[esus da] C[OSTA]), p. 145.

---

<sup>6</sup> Reproduzido, com variantes de leitura, por Pedro Álvares Nogueira, cónego da Sé de Coimbra no século XVI, no capítulo relativo ao bispo Paterno do *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra* (Pedro Álvares NOGUEIRA, *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra* [Nova edição; coordenação de Manuel Augusto RODRIGUES; transcrição de Maria Teresa Nobre VELOSO], Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra – Gráfica de Coimbra, 2003, §1.º, p. 14); e por Fr. Manuel da ROCHA, em *Portugal renascido. Tratado historico-critico-chronologico, em que à luz da verdade se dão manifestos os successos de Portugal do seculo decimo depois do nascimento de Christo Senhor Nosso*, Lisboa ocidental, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1730.

***Chronicon lamecense (Anais de Lamego)***

Texto escrito no fólio de guarda de um Martirológio-obituário da Sé de Lamego, em 1262. Contém uma série de notícias datadas ou datáveis de 987 a 1168.

Encontra-se publicado em SS, vol. I, pp. 19-20.

Bib.: DAVID, 1947, pp. 259, 266, 273-275, 287 e 289-290; DHP, vol. I, 1981, s.v. «Anais» (A[velino] de J[esus da] C[OSTA]), p. 146.

***Chronicon conimbricense, Livro da Noa, Livro das eras ou Saltério das eras***

Texto transmitido num livro litúrgico contendo as horas canónicas de Noa, correspondente a uma miscelânea de notícias escritas, em várias épocas, nos três cadernos finais de um Saltério de horas diurnas, compiladas entre 1362 e 1365. Pela sua complexidade, Pierre David designa-o como *Anais compilados de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra*. Os fólios 5-12, do décimo terceiro caderno, e os fólios 13-17 e 18-23 r.º, do décimo quarto, representam a recolha copiada por um mesmo escriba, por volta de 1362; os fólios 23 v.º-26 r.º, do décimo quarto caderno, contêm as notas originais de 1369 a 1405. É composto por duas partes: a primeira, redigida em Latim, com notícias datadas ou datáveis de 987 a 1168; a segunda, redigida em Português, com notícias datadas ou datáveis de 1296 a 1405, à excepção das notícias das mortes de Inês de Castro (1355) e de Pedro I (1367), tal como da ascensão de Fernando I ao trono, neste último ano, redigidas ainda em Latim.

Encontra-se publicado parcialmente, sem a redacção portuguesa, em SS, vol. I, pp. 1-5.

Bib.: DAVID, 1947, pp. 258-259, 265-279, 284-285 e 287-290; DHP, vol. I, 1981, s.v. «Anais» (A[velino] de J[esus da] C[OSTA]), p. 145.

***Breve chronicon alcobacense***

Texto escrito num Breviário do mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça, no século XIV. É composto por duas partes: a primeira, redigida em Latim, designada como *Chronicon alcobacense I*; e a segunda, redigida em Português, seguindo a *Crónica breve dita do Arquivo Nacional* e as *Crónicas breves e memórias avulsas do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra*.

Encontra-se publicado parcialmente, sem a redacção portuguesa, em SS, vol. I, pp. 20-22 (SS, vol. I, pp. 22-23, para a *Crónica breve dita do Arquivo Nacional*; e SS, vol. I, pp. 23-32, para as *Crónicas breves e memórias avulsas do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra*).

Bib.: DHP, vol. I, 1981, s.v. «Anais» (A[velino] de J[esus da] C[OSTA]), p. 146.

### ***Chronica Gothorum, Historia Gothorum* ou *Chronicon lusitanum***

Texto resumido na compilação designada como *Breuis chronica Gothorum* ou *Breuis historia Gothorum*, um resumo efectuado por Gaspar Álvares de Lousada Machado, secretário do arcebispo de Braga Fr. Agostinho de Jesus, no século XVII.

Encontra-se publicado em SS, vol. I, pp. 8-17.

Bib.: DAVID, 1947, pp. 258-259, 265, 277 e 280-290; DHP, vol. I, 1981, s.v. «Anais» (A[velino] de J[esus da] C[OSTA]), pp. 145-146.

### ***Chronicon oliveirense (Anais de Oliveira)***

Texto escrito nos fólios iniciais de um Martirológio pertencente à igreja de St.<sup>a</sup> Maria de Oliveira, dependente do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, e copiado por mão de Gaspar Álvares de Lousada Machado, secretário do arcebispo de Braga Fr. Agostinho de Jesus, no século XVII. Contém uma série de notícias datadas ou datáveis até 1245.

Encontra-se publicado em FEIO, 1940, pp. 33-36 (cf. transcrição das efemérides analísticas em ABREU, 1989, pp. 101-102).

Bib.: DAVID, 1947, pp. 275-276.

## **COMO CITAR ESTE ARTIGO**

### **Referência electrónica:**

GOUVEIA, Mário – *O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: os “Anais de Lorvão” e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII)*.

Tese de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008. *Medievalista* [Em linha]. N.º8, (Julho

de 2010). [Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em  
<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA8\gouveia8011.html>.  
ISSN 1646-740X.

